



SUMÁRIO

1.ª PARTE

DIREITO MATERIAL

Flávio Tartuce

1. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SUA POSIÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	3
1.1. Primeiras palavras sobre o Código de Defesa do Consumidor. O CDC e a pós-modernidade jurídica.....	3
1.2. O Código de Defesa do Consumidor como norma principiológica. Sua posição hierárquica.....	8
1.3. O Código de Defesa do Consumidor e a teoria do diálogo das fontes.....	14
1.4. O conteúdo do Código de Defesa do Consumidor e a organização da presente obra.....	20
2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR....	23
2.1. Primeiras palavras sobre os princípios jurídicos.....	23
2.2. Princípio do protecionismo do consumidor (art. 1º da Lei 8.078/1990).....	26
2.3. Princípio da vulnerabilidade do consumidor (art. 4º, inc. I, da Lei 8.078/1990).....	28
2.4. Princípio da hipossuficiência do consumidor (art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990).....	31
2.5. Princípio da boa-fé objetiva (art. 4º, inc. III, da Lei 8.078/1990).....	32
2.6. Princípio da transparência ou da confiança (arts. 4º, <i>caput</i> , e 6º, inc. III, da Lei 8.078/1990). A tutela da informação.....	35
2.7. Princípio da função social do contrato.....	41
2.8. Princípio da equivalência negocial (art. 6º, inc. II, da Lei 8.078/1990).....	49
2.9. Princípio da reparação integral dos danos (art. 6º, inc. VI, da Lei 8.078/1990). Os danos reparáveis nas relações de consumo.....	51
3. ELEMENTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO.....	63
3.1. A estrutura da relação jurídica de consumo. Visão geral.....	63

3.2.	Os elementos subjetivos da relação de consumo	64
3.2.1.	O fornecedor de produtos e o prestador de serviços. O conceito de <i>fornecedor equiparado</i>	64
3.2.2.	O consumidor. Teorias existentes. O consumidor equiparado ou <i>bystander</i>	69
3.3.	Elementos objetivos da relação de consumo	87
3.3.1.	Produto	87
3.3.2.	Serviço	91
3.4.	Exemplos de outras relações jurídicas contemporâneas e o seu enquadramento como relações de consumo	105
3.4.1.	O contrato de transporte e a incidência do Código do Consumidor	105
3.4.2.	Os serviços públicos e o Código de Defesa do Consumidor	108
3.4.3.	O condomínio edilício e o Código de Defesa do Consumidor.....	109
3.4.4.	A incidência do Código do Consumidor para os contratos de locação urbana.....	111
3.4.5.	A Lei 8.078/1990 e a previdência privada complementar	116
3.4.6.	Prestação de serviços educacionais como serviço de consumo..	117
3.4.7.	As atividades notariais e registras e a Lei 8.078/1990.....	120
3.4.8.	As relações entre advogados e clientes e o Código de Defesa do Consumidor.....	120
4.	RESPONSABILIDADE CIVIL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR..	123
4.1.	A unificação da responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade civil objetiva e solidária como regra do Código do Consumidor (risco-proveito). A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais como exceção.....	123
4.2.	Análise dos casos específicos de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor.....	133
4.2.1.	As quatro hipóteses tratadas pela Lei 8.078/1990 em relação ao produto e ao serviço. Vício <i>versus</i> fato (defeito). Panorama geral e a questão da solidariedade	133
4.2.2.	Responsabilidade civil pelo vício do produto	139
4.2.3.	Responsabilidade civil pelo fato do produto ou defeito.....	155
4.2.4.	Responsabilidade civil pelo vício do serviço	161
4.2.5.	Responsabilidade civil pelo fato do serviço ou defeito.....	165
4.3.	O consumidor equiparado e a responsabilidade civil. Aprofundamentos quanto ao tema e confrontações em relação ao art. 931 do Código Civil...	173
4.4.	Excludentes de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor	183
4.4.1.	As excludentes da não colocação do produto no mercado e da ausência de defeito	183

4.4.2.	A excludente da culpa ou fato exclusivo de terceiro	194
4.4.3.	A excludente da culpa ou fato exclusivo do próprio consumidor.....	196
4.4.4.	O enquadramento do caso fortuito e da força maior como excludentes da responsabilidade civil consumerista	198
4.4.5.	Os riscos do desenvolvimento como excludentes de responsabilidade pelo Código de Defesa do Consumidor	209
4.5.	O fato concorrente do consumidor como atenuante da responsabilidade civil dos fornecedores e prestadores	213
4.6.	A responsabilidade civil pelo cigarro e o Código de Defesa do Consumidor....	218
4.7.	A responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor e o <i>recall</i> ...	237
5.	A PROTEÇÃO CONTRATUAL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR...	243
5.1.	O conceito contemporâneo ou pós-moderno de contrato e o Direito do Consumidor. Os contratos coligados e os contratos cativos de longa duração....	244
5.2.	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor.....	253
5.3.	A função social do contrato e a não vinculação das cláusulas desconhecidas e incompreensíveis (art. 46 do CDC). A interpretação mais favorável ao consumidor (art. 47 do CDC).....	259
5.4.	A força vinculativa dos escritos e a boa-fé objetiva nos contratos de consumo (art. 48 da Lei 8.078/1990). A aplicação dos conceitos parcelares da boa-fé objetiva.....	269
5.4.1.	<i>Supressio e surrectio</i>	272
5.4.2.	<i>Tu quoque</i>	274
5.4.3.	<i>Exceptio doli</i>	275
5.4.4.	<i>Venire contra factum proprium</i>	276
5.4.5.	<i>Duty to mitigate the loss</i>	278
5.5.	O direito de arrependimento nos contratos de consumo (art. 49 da Lei 8.078/1990)	282
5.6.	A garantia contratual do art. 50 da Lei 8.078/1990	287
5.7.	As cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor. Análise do rol exemplificativo do art. 51 da Lei 8.078/1990 e suas decorrências	291
5.7.1.	Cláusulas que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos (art. 51, inc. I, do CDC)	292
5.7.2.	Cláusulas que subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga (art. 51, inc. II, do CDC).....	293
5.7.3.	Cláusulas que transfiram responsabilidades a terceiros (art. 51, inc. III, do CDC).....	294
5.7.4.	Cláusulas que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada,	

	ou que sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade (art. 51, inc. IV, do CDC)	294
5.7.5.	Cláusulas que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor (art. 51, inc. VI, do CDC)	301
5.7.6.	Cláusulas que determinem a utilização compulsória de arbitragem (art. 51, inc. VII, do CDC)	301
5.7.7.	Cláusulas que imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor (art. 51, inc. VIII, do CDC)	303
5.7.8.	Cláusulas que deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor (art. 51, inc. IX, do CDC)	305
5.7.9.	Cláusulas que permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral (art. 51, inc. X, do CDC)	305
5.7.10.	Cláusulas que autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor (art. 51, inc. XI, do CDC)	306
5.7.11.	Cláusulas que obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor (art. 51, inc. XII, do CDC)	306
5.7.12.	Cláusulas que autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração (art. 51, inc. XIII, do CDC).....	308
5.7.13.	Cláusulas que infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais (art. 51, inc. XIV, do CDC)	308
5.7.14.	Cláusulas que estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor (art. 51, inc. XV, do CDC)	309
5.7.15.	Cláusulas que possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias (art. 51, inc. XVI, do CDC)	311
5.8.	Os contratos de fornecimento de crédito na Lei 8.078/1990 (art. 52) e o problema do superendividamento do consumidor. A nulidade absoluta da cláusula de decaimento (art. 53)	317
5.9.	O tratamento dos contratos de adesão pelo art. 54 do Código de Defesa do Consumidor. Purgação da mora e teoria do adimplemento substancial na alienação fiduciária em garantia de bens móveis	332

6.	A PROTEÇÃO QUANTO À OFERTA E À PUBLICIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	347
6.1.	Panorama geral sobre a tutela da informação e o Código de Defesa do Consumidor	347
6.2.	A força vinculativa da oferta no art. 30 da Lei 8.078/1990.....	349
6.3.	O conteúdo da oferta e a manutenção de sua integralidade	355
6.4.	A responsabilidade civil objetiva e solidária decorrente da oferta	361

6.5.	A publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Princípios informadores. Publicidades vedadas ou ilícitas	369
6.5.1.	A vedação da publicidade mascarada, clandestina, simulada ou dissimulada (art. 36 do CDC).....	371
6.5.2.	A vedação da publicidade enganosa (art. 37, § 1º, do CDC)	371
6.5.3.	A vedação da publicidade abusiva (art. 37, § 2º, do CDC). A publicidade comparativa.....	378
6.6.	O ônus da prova da veracidade da informação publicitária.....	383
7.	O ABUSO DE DIREITO CONSUMERISTA. AS PRÁTICAS ABUSIVAS VEDADAS PELA LEI 8.078/1990 E SUAS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS	385
7.1.	Algumas palavras sobre o abuso de direito	386
7.2.	Estudo das práticas abusivas enumeradas pelo art. 39 do CDC	388
7.2.1.	Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos (art. 39, inc. I, do CDC)	389
7.2.2.	Recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes (art. 39, inc. II, do CDC).....	393
7.2.3.	Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço (art. 39, inc. III, do CDC)....	394
7.2.4.	Prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista a sua idade, saúde e condição social, para vender-lhe produto ou serviço (art. 39, inc. IV, do CDC).....	398
7.2.5.	Exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva (art. 39, inc. V, do CDC).....	399
7.2.6.	Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes (art. 39, inc. VI, do CDC)	404
7.2.7.	Repassar informação depreciativa referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos (art. 39, inc. VII, do CDC)	406
7.2.8.	Colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO (art. 39, inc. VIII, do CDC)..	407
7.2.9.	Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais (art. 39, inc. IX, do CDC)	407
7.2.10.	Elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços (art. 39, inc. X, do CDC).....	408

7.2.11.	Aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido (art. 39, inc. XIII, do CDC).....	409
7.2.12.	Deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério (art. 39, inc. XII, do CDC)	409
7.2.13.	Permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo (art. 39, inc. XIII, do CDC).....	410
7.3.	A necessidade de respeito ao tabelamento oficial, sob pena de caracterização do abuso de direito (art. 41 do CDC)	410
7.4.	O abuso de direito na cobrança de dívidas (art. 42, <i>caput</i> , do CDC). O problema do corte de serviço essencial. A necessidade de prestação de informações na cobrança (art. 42-A do CDC)	411
7.5.	A repetição de indébito no caso de cobrança abusiva (art. 42, parágrafo único, do CDC)	423
8.	BANCO DE DADOS E CADASTRO DE CONSUMIDORES	433
8.1.	A natureza jurídica dos bancos de dados e cadastros e sua importante aplicabilidade social. Diferenças entre as categorias.....	433
8.2.	O conteúdo dos arts. 43 e 44 do Código de Defesa do Consumidor e seus efeitos. A interpretação jurisprudencial.....	439
8.2.1.	A inscrição ou registro do nome dos consumidores	439
8.2.2.	A retificação ou correção dos dados.....	441
8.2.3.	O cancelamento da inscrição	447
8.2.4.	A reparação dos danos nos casos de inscrição indevida do nome do devedor. Crítica à Súmula 385 do STJ. Prazo para se pleitear a reparação.....	449
8.2.5.	O cadastro de fornecedores e prestadores e o alcance do art. 44 da Lei 8.078/1990	455
8.3.	O cadastro positivo. Breve análise da Lei 12.414, de 9 de junho de 2011....	457
9.	A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (ART. 28 DA LEI 8.078/1990). ASPECTOS MATERIAIS.....	467

2.^a PARTE

DIREITO PROCESSUAL

Daniel Amorim Assumpção Neves

10.	TUTELA INDIVIDUAL DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	481
10.1.	Introdução	481
10.2.	Meios de solução dos conflitos	483

10.2.1.	Introdução	483
10.2.2.	Jurisdição	484
10.2.3.	Equivalentes jurisdicionais	485
10.2.3.1.	Autotutela	487
10.2.3.2.	Autocomposição	487
10.2.3.3.	Mediação	489
10.2.3.4.	Conciliação e mediação no CPC/2015	490
10.2.3.4.1.	Introdução	490
10.2.3.4.2.	Centros Judiciários de solução consensual de conflitos	490
10.2.3.4.3.	Local físico da conciliação e mediação	491
10.2.3.4.4.	Conciliador e mediador	492
10.2.3.4.5.	Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos	494
10.2.3.4.6.	Cadastros	499
10.2.3.4.7.	Remuneração do conciliador e do mediador	499
10.2.3.4.8.	Impedimento do conciliador e do mediador	500
10.2.3.4.9.	Causas de exclusão	500
10.2.3.4.10.	Solução consensual no âmbito administrativo	501
10.2.3.4.11.	Conciliação e mediação extrajudiciais	501
10.2.3.5.	Arbitragem	501
10.2.3.5.1.	Generalidades	501
10.2.3.5.2.	Arbitragem na relação consumerista	504
10.3.	Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer	509
10.3.1.	Introdução	509
10.3.2.	Tutela jurisdicional	510
10.3.2.1.	Tutela jurisdicional específica	510
10.3.2.2.	Tutela inibitória	511
10.3.3.	Procedimento previsto pelo art. 84 do CDC	513
10.3.3.1.	Introdução	513
10.3.3.2.	Obtenção de tutela específica ou determinação de providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento	513
10.3.3.3.	Conversão em perdas e danos	513
10.3.3.4.	Tutela de urgência	516
10.3.3.5.	Tutela da evidência	519
10.3.3.5.1.	Introdução	519

	10.3.3.5.2. Hipóteses de cabimento	520
	10.3.3.6. Atipicidade dos meios executivos	525
	10.3.3.7. Multa.....	529
	10.3.3.7.1. Introdução	529
	10.3.3.7.2. Valor da multa.....	529
	10.3.3.7.3. Beneficiado pela multa	530
	10.3.3.7.4. Fazenda Pública em juízo	531
	10.3.3.7.5. Alteração do valor e periodicidade da multa.....	532
	10.3.3.7.6. Exigibilidade da multa	535
	10.3.3.7.7. Termo inicial da multa e intimação do devedor	537
10.4.	Competência	538
10.4.1.	Introdução	538
10.4.2.	Competência da Justiça.....	538
10.4.3.	Competência territorial	540
10.4.3.1.	Cláusula de eleição de foro	545
10.4.3.1.1.	Introdução	545
10.4.3.1.2.	Súmula 33 do STJ – vedação ao reconhecimento de ofício de incompetência relativa.....	545
10.4.3.1.3.	Flexibilização jurisprudencial à Súmula 33 do STJ.....	546
10.4.3.1.4.	O indevido condicionamento da declaração de nulidade de cláusula de eleição de foro e o reconhecimento de ofício de incompetência relativa	548
10.4.3.1.5.	Ineficácia da cláusula de eleição de foro..	549
10.4.3.1.6.	A curiosa criação de uma preclusão judicial temporal.....	550
10.4.4.	Competência do juízo	551
10.5.	Intervenções de terceiros	552
10.5.1.	Introdução	552
10.5.2.	Denúnciação da lide	553
10.5.2.1.	Vedação legal	553
10.5.2.2.	Fundamentos da vedação legal	554
10.5.2.2.1.	Dilação do tempo de duração do processo em prejuízo ao consumidor.....	554
10.5.2.2.2.	Nova causa de pedir em razão da denúnciação da lide.....	557
10.5.2.2.3.	Abrangência da vedação legal	558

10.5.3.	Chamamento ao processo.....	560
10.5.3.1.	Introdução.....	560
10.5.3.2.	Espécie atípica de chamamento ao processo.....	561
10.5.3.3.	Ação diretamente proposta contra a seguradora.....	563
10.5.3.4.	Vedação de integração do Instituto de Resseguros do Brasil.....	564
10.6.	Litisconsórcio alternativo e o Código de Defesa do Consumidor.....	565
10.7.	Inversão do ônus da prova.....	570
10.7.1.	Ônus da prova.....	570
10.7.2.	Regras de distribuição do ônus da prova.....	571
10.7.3.	Inversão do ônus da prova.....	573
10.7.3.1.	Inversão convencional.....	573
10.7.3.2.	Inversão legal.....	574
10.7.3.3.	Inversão judicial.....	576
10.7.3.3.1.	Requisitos para a inversão judicial.....	579
10.7.4.	Momento de inversão do ônus da prova.....	583
10.7.5.	Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais.....	589
11.	TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	593
11.1.	Introdução.....	593
11.1.1.	Tutela jurisdicional coletiva.....	593
11.1.2.	Origem da tutela jurisdicional coletiva.....	595
11.1.3.	Microssistema coletivo.....	597
11.1.4.	Marcos legislativos.....	601
11.2.	Espécies de direitos protegidos pela tutela coletiva.....	604
11.2.1.	Introdução.....	604
11.2.2.	Direitos ou interesses?.....	604
11.2.3.	Direito difuso.....	606
11.2.4.	Direito coletivo.....	608
11.2.5.	Direitos individuais homogêneos.....	610
11.2.6.	Identidades e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i>	615
11.2.7.	Direitos individuais indisponíveis.....	618
11.3.	Competência na tutela coletiva.....	620
11.3.1.	Competência absoluta: funcional ou territorial?.....	620
11.3.2.	Competência absoluta do foro.....	622
11.3.3.	Dano local, regional e nacional.....	625
11.4.	Legitimidade.....	628
11.4.1.	Espécies de legitimidade.....	628

11.4.2.	Cidadão.....	630
11.4.3.	Ministério Público.....	632
11.4.4.	Pessoas jurídicas da Administração Pública.....	637
11.4.5.	Associação.....	639
11.4.5.1.	Introdução.....	639
11.4.5.2.	Constituição há pelo menos um ano.....	639
11.4.5.3.	Pertinência temática.....	642
11.4.5.4.	Representação adequada (<i>adequacy of representantion</i>) ...	642
11.4.5.4.1.	Introdução.....	642
11.4.5.4.2.	Sistema <i>ope iudicis</i> (sistema da <i>common law</i>).....	643
11.4.5.4.3.	Sistema <i>ope legis</i> (<i>civil law</i>).....	644
11.4.5.4.4.	Situação atual no Brasil.....	646
11.4.5.4.5.	Legitimidade extraordinária ou representação processual?.....	647
11.4.6.	Defensoria Pública.....	650
11.5.	Relação entre a ação coletiva e a individual.....	656
11.5.1.	Introdução.....	656
11.5.2.	Litispendência.....	656
11.5.3.	Conexão e continência.....	658
11.5.3.1.	Conceito.....	658
11.5.3.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão.....	660
11.5.3.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos ...	661
11.5.3.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão.....	663
11.5.3.5.	Especificamente na relação entre ação coletiva e individual.....	665
11.5.4.	Suspensão do processo individual.....	667
11.5.5.	Extinção do mandado de segurança individual.....	669
11.6.	Coisa julgada.....	671
11.6.1.	Introdução.....	671
11.6.2.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	671
11.6.3.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	676
11.6.4.	Limitação territorial da coisa julgada.....	678
11.7.	Gratuidade.....	683
11.7.1.	Introdução.....	683
11.7.2.	Isenção de adiantamento.....	684
11.7.3.	Condenação em verbas de sucumbência.....	688
11.8.	Liquidação de sentença.....	692
11.8.1.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis.....	692

11.8.2.	Natureza jurídica da liquidação.....	693
11.8.3.	Legitimidade ativa.....	694
11.8.4.	Competência.....	698
11.8.5.	Espécies de liquidação de sentença.....	700
11.8.6.	Direito difuso e coletivo.....	702
11.8.7.	Direito individual homogêneo.....	702
11.8.8.	Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo.....	703
11.9.	Execução.....	704
11.9.1.	Processo de execução e cumprimento de sentença.....	704
11.9.1.1.	Execução por sub-rogação e indireta.....	705
11.9.1.2.	Prescrição.....	710
11.9.2.	Legitimidade ativa.....	713
11.9.3.	Direitos difusos e coletivos.....	715
11.9.4.	Direitos individuais homogêneos.....	716
11.9.4.1.	Introdução.....	716
11.9.4.2.	Execução por <i>fluid recovery</i>	716
11.9.4.3.	Legitimidade.....	720
11.9.5.	Regime jurídico das despesas e custas processuais.....	723
12.	ASPECTOS PROCESSUAIS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	725
12.1.	Introdução.....	725
12.2.	Responsabilidade patrimonial secundária.....	725
12.3.	Forma procedimental da desconsideração da personalidade jurídica.....	729
12.3.1.	Introdução.....	729
12.3.2.	Momento.....	731
12.3.3.	Procedimento.....	731
12.3.4.	Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa).....	734
12.3.5.	Recorribilidade.....	737
12.4.	Desconsideração da personalidade jurídica de ofício.....	738
13.	ORDEM PÚBLICA E TUTELA PROCESSUAL DO CONSUMIDOR.....	741
13.1.	Matérias de defesa.....	741
13.2.	Preclusão temporal.....	742
13.3.	Preclusão consumativa.....	746
13.4.	Objecções e natureza de ordem pública das normas consumeristas.....	747

14. HABEAS DATA E DIREITO DO CONSUMIDOR	751
14.1. Introdução	751
14.2. Direito à informação e <i>habeas data</i>	752
14.3. Hipóteses de cabimento.....	753
14.3.1. Introdução	753
14.3.2. Direito à informação	753
14.3.3. Direito à retificação de dados.....	754
14.3.4. Anotação sobre dado verdadeiro	754
14.4. Fase administrativa	755
14.4.1. Interesse de agir	755
14.4.2. Procedimento.....	757
14.4.2.1. Fase pré-processual	757
14.4.2.2. Fase processual	759
14.4.2.2.1. Introdução	759
14.4.2.2.2. Petição inicial	759
14.4.2.2.3. Posturas do juiz diante da petição inicial....	760
14.4.2.2.4. Prestação de informações.....	761
14.4.2.2.5. Intimação da pessoa jurídica de direito público?	762
14.4.2.2.6. Participação do Ministério Público	762
14.4.2.2.7. Instrução	763
14.4.2.2.8. Decisão	763
14.5. Liminar	765
14.6. Legitimidade.....	766
14.6.1. Legitimidade ativa.....	766
14.6.2. Legitimidade passiva.....	767
14.7. Competência	767
14.8. Recursos	768
 BIBLIOGRAFIA	 771